

Sint - UFG

BOLETIM DO CLG Nº 07

09.05.96

NÚMERO DE UNIVERSIDADES PARADAS NO BRASIL:

41

QUAIS SÃO: REGIÃO NORTE - UFAcre, UNIRondônia, UFPará, FCAPará. REGIÃO NORDESTE - UFG Maranhão, UFPiauí, UFCeará, UFRio Grande do Norte, UFParaíba, UFPernambuco, UFRural de Pernambuco, UFAlagoas, UFSergipe, UFBahia. REGIÃO CENTRO OESTE: - UNBrasília, UFGoiás, UFMato Grosso, UFMato Grosso do Sul. REGIÃO SUDESTE: - UFEspirito Santo, UFFluminese, UFRural do Rio de Janeiro, UFRio de Janeiro, UFMina Gerais, UFJuiz de Fora, UFOuro Preto, UFUberlândia, UFViçosa, UFS. João Delrey, UFLavras, CEFETMinas Gerais, EFEItajuba, UFSão Carlos, UNIFESão Paulo. REGIÃO SUL: - UFParaná, CEFETParaná, DEMECParaná, UFSanta Catarina, UFCMPorto Alegre, UFRio Grande do Sul, e UFSanta Maria.

01 - INFORMES GERAIS:

Atividades e manifestações dos dias 08 e 09/05:

a) *Ato do dia 08.05* - A psseata dos servidores públicos federais, ocorrida no dia de ontem, com manifestações em frente aos ministérios, abraço simbólico ao STF, etc, culminou com um grande ato público na rodoviária do Plano Piloto. Essas atividades tiveram uma boa repercussão na mídia, sendo destaque até mesmo nos jornais nacionais das grandes redes de TV's. Dos 10 mil manifestantes presentes, cerca de 1000 deles eram da base da nossa federação que vieram nas caravanas, contando também com a participação dos companheiros da UnB.

Os objetivos das atividades de ontem eram o de pressionar o vigiar o STF na questão da votação da liminar que suspendeu a continuidade da Reforma da Previdência, além de acompanhar a votação da PEC 233, que trata da Reforma da Educação.

O STF não acatou o parecer do relator sobre a não continuidade da Reforma da Previdência demonstrando claramente o domínio que o governo FHC exerce sobre o poder judiciário. A PEC 233 foi votada, no Plenário da Câmara dos Deputados, tendo sido acatado apenas um destaque para análise posterior. Em função da importância de se conectar o máximo da atenção nas atividades de hoje, que previam momentos de grande tensionamento, foi possível elaborar uma análise mais aprofundada das duas decisões, com os cenários possíveis para desdobramento futuro.

b) *Julgamento da Data-base no dia 09/05* - O STF adiou o julgamento da nossa data-base, postergando-a para a próxima quarta-feira (15.05.96), caracterizando-se dessa forma a intenção do Governo em desqualificar mais um legítimo direito dos trabalhadores no serviço público, apostando no desgaste dos servidores em promover uma nova mobilização de forças para próxima semana.

c) Ato no MEC e passeata na esplanada dos ministérios dia 09/05 - As 09:00h começou a concentração dos SPF's da área da educação FASUBRA, ANDES e SINASEFE, contando com a participação da UNE, em preparação ao Ato Público em defesa da educação, que se deu a partir das 01:00h. Houve uma grande participação da comunidade universitária no ato, demonstrando a disposição para a luta unificada contra as reformas da educação, já em andamento. A partir das 11:45 os manifestantes deslocaram-se em direção ao MARE, ao Congresso Nacional e ao Ministério da Fazenda, onde se deu uma grande concentração dos SPF's e a ocupação do ministério da fazenda.

d) Ocupação do Ministério da Fazenda dia 09.05 - Após inúmeras tentativas, por parte do movimento dos SPF's no sentido de se estabelecer um canal formal para discutir e negociar a nossa pauta de reivindicação, sucessiva e intransigentemente ignoradas pelo governo FHC, foi deliberado OCUPAR o Ministério da Fazenda, com o intuito de exigir a imediata abertura de negociações.

a partir da ultima plenária dos SPF's, começou uma intensa preparação para ocupação do Ministério da Fazenda, que se deu por volta das 12:30 do dia 09.05.96, por cerca de 10 horas ininterruptas (até às 22:30). A participação da FASUBRA SINDICAL tanto na precação quanto na participação da ação foi determinante no sentido da sua qualificação. O resultado imediato da ocupação foi a garantia de uma **audiência com o ministro Pedro Malan, agendada para o dia 10.05.96 às 15:00h**

A ocupação se desenvolveu de forma organizada e sob o absoluto controle da coordenação do movimento, tanto por parte da federação como das demais entidades em greve que participam do CNUG, não sendo caracterizada nenhuma situação relevante do conflito com os trabalhadores públicos ou terceirizados (principalmente a segurança) que atuam no ministério. As negociações, apesar do clima tencionado, so desenvolveram informalmente e contaram com o apoio fundamental de parlamentares como os Deputados Federais Angello Queiroz, Maria Laura, Ivan Valente e do Senador Eduardo Suplicy, alé, é claro, da sustentação política dada por todos os companheiros que permaneceram em vigília permanente do lado de fora do prédio.

No interior do ministério estiveram cerca de 500 manifestantes, sendo mais de 300 deles nos corredores e gabinetes do 5º andar, onde esta localizado o gabinete do Ministro. Mesmo com esse número considerável de manifestantes não houve registro de qualquer depredação ao patrimônio público ou agressão pessoal, apesar da tensão sempre presente.

A participação dos parlamentares e da OAB foi fundamental no transcorrer do processo, bem como da cobertura da imprensa, que esteve presente o tempo todo em que ocupamos o ministério, não aceitando a pressão do governo no sentido de deixarem o ministério. A ação das assessorias da Fasubra Sindical e do CNG, possibilitaram contatos fundamentais seja na intervenção parlamentar, na cobertura da imprensa suporte jurídico.

a organização detalhada de todas as nossas ações definiu antecipadamente os papéis individuais de cada um dos companheiros de forma que a ação coletiva fosse o mais qualificada possível. Somente com a compreensão dessa premissa, por parte de todos os companheiros que participaram da ação, seja na linha de frente, seja no interior da ministério, seja na sustentação da vigília permanente, seja nos bastidores garantindo o funcionamento da infra-estrutura necessária, é que foi possível enfrentarmos bravamente, e de forma vitoriosa, uma verdadeira queda-de-braço com um dos principais ministros do governo FHC.

Nota do CNUG à sociedade sobre a ocupação do Ministério da Fazenda - Há 15 meses os servidores públicos federais estão com seus salários congelados. O governo se recusou a discutir o reajuste dos salários em janeiro, data-base da categoria. Tal procedimento fere a constituição Federal, uma vez que caracteriza a redutibilidade dos salários, bem como a legislação ordinária que garante aos servidores reajuste salarial em janeiro.

Várias foram as investidas dos Servidores Públicos Federais, junto ao Ministro da administração e Reforma do Estado, no sentido de abrir as discussões e consequentes negociações em torno da pauta de reivindicações apresentada pela categoria. Contudo, descaso e indisposição política vem sendo a resposta dada aos servidores. O Ministro da pasta da Administração chegou a assumir que os servidores tiveram perdas nos últimos 15 meses, mas afirmou que não adiantava negociar, pois não havia dinheiro para pagar qualquer reajuste ao servidor.

Os servidores não aceitam o argumento da falta de recursos para descumprir a constituição e a legislação. Como justificar a doação de mais de 15 bilhões para banqueiros que cometem irregularidades. O que falta ao governo FHC na verdade, é a vontade de respeitar a vontade do legislador.

Diante deste quadro, não restou outra alternativa aos servidores a não demonstração, de sua indignação e repúdio, ocupando as dependências do Ministério da Fazenda. Tomam esta atitude a partir descaso com que o governo tem lhes tratado, e sobretudo, pela insensibilidade e fisiologismo que tem norteador as ações desta pasta, configurando-se em negativa frontal aos apelos do povo brasileiro. Tem claro, os servidores públicos federais, que os diversos problemas que assolam o país são de responsabilidade da equipe econômica, que insiste em desenvolver medidas que destroem a população.

A luta por reajuste salarial significa a luta pela sobrevivência. Além disso, lutam contra as propostas de reforma que pretendem retirar conquistas históricas e significativas de todos os trabalhadores deste País. Lutam contra a reforma da previdência, que tomará muito difícil que o trabalhador goze de sua aposentadoria, contra a reforma administrativa, que objetiva permitir que os políticos empreguem seus presentes. Lutam, ainda contra a reforma da educação que destrói todo o sistema educacional do país. Lutam por um Brasil digno de se viver. Um Brasil onde os velhos possam viver, onde trabalhadores tenham uma vida digna e seus filhos possam estudar.

O ato de permanecer por 24 horas dentro da sede do Ministério da Fazenda objetiva mostrar a sociedade brasileira onde estão os responsáveis pelo baixo salário mínimo e pelo repasse de bilhões de reais aos banqueiros corruptores deste país.

Isto posto, pedem o entendimento da sociedade brasileira e que sua compreensão se transforme em um lutador a mais por um País humano com justiça social.